



**MÚSICA, DOCÊNCIA E LETRAS: NO CAMINHO DE LIBERDADE DE CACILDA  
FRANCIONI DE SOUZA**

**MUSIC, TEACHING AND LETTERS: THROUGH THE PATHS OF FREEDOM OF  
CACILDA FRANCIONI DE SOUZA**

**Sirlene Ribeiro Alves**

Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ (Proped UERJ)

Colégio Pedro II

sirlenealvesbr@yahoo.com.br

**RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a trajetória de Cacilda Francioni de Souza, problematizando as questões de gênero, raça e classe social no século XIX e princípios do século XX. Mulher negra livre, Cacilda viveu no período da escravidão e do pós-abolição, militou na causa abolicionista, fez do magistério sua carreira profissional e se sobressaiu na produção de livros didáticos sobre literatura. Apesar de ter alcançado determinado prestígio para a época, seu nome é pouco lembrado no movimento abolicionista, assim como na história literária ou crítica literária brasileira. Sua vida traz reflexões sobre a invisibilidade historiográfica de certos grupos sociais, como também as estratégias e táticas desses sujeitos, suas participações em questões políticas e sociais.

**Palavras-chave:** Cacilda Francioni de Souza; mulheres abolicionistas; docência negra; mulheres e literatura.

**ABSTRACT**

The present work aims to present the trajectory of Cacilda Francioni de Souza, problematizing the issues of gender, race and social class in the 19th and early 20th centuries. A free black woman, Cacilda lived in the period of slavery and post-abolition, fought for the abolitionist cause, made her professional career through teaching and in the production of textbooks on literature. Despite having achieved a certain prestige for the time, her name is little remembered in the abolitionist movement, as well as in Brazilian literary history or literary criticism. Her life brings reflections on the historiographical invisibility of certain social groups, as well as the strategic and tactics of these subjects, her participation in political and social issues.

**Keywords:** Cacilda Francioni de Souza; abolitionist women; black teaching; women and literature

**1. Apresentação**

Qual o sentido da liberdade para as mulheres negras no século XIX? Quais as marcas que a escravidão, ainda vigente, deixava sobre seus corpos? Que tipo de liberdade essas

mulheres buscavam? Quais os espaços e formas que essas mulheres encontraram para se desenvolver intelectualmente e profissionalmente? Mesmo que essas e várias outras interrogações sejam difíceis de responder, elas ainda estão presentes nas vidas de mulheres negras na sociedade contemporânea.

Este artigo não tem a pretensão de respondê-las, mas de trazer possibilidades de reflexão com informações sobre a vida de Cacilda Francioni de Souza (1858–1933), uma mulher negra que viveu no período da escravidão e do pós-abolição, militou na causa abolicionista, fez do magistério sua carreira profissional e se destacou na produção de livros didáticos sobre literatura. Estabeleceu uma rede de sociabilidade com intelectuais negros/as letrados/as, homens e mulheres, que se destacaram na docência, sendo exemplo para outras meninas no período.

Apesar do reconhecimento que recebeu na época em diversas áreas que atuou, como no abolicionismo, na docência e por seus livros, seu nome é pouco mencionado nos estudos dessas áreas. A invisibilidade historiográfica marca alguns grupos sociais, durante muito tempo vistos pelas margens, ou apenas ocupando a posição de excluídos, vitimizados, pouco sendo compreendidos como sujeitos históricos. Assim, Villela (2019) adverte que durante muito tempo o mundo letrado e a função de intelectualidade, dentro de nossa historiografia, era destinada a uma elite branca, que aqui acrescentamos o gênero, “uma elite de homens brancos”. Porém, desde a década de 1990, trabalhos sistemáticos mostram como homens e mulheres negras/os, mesmo escravizadas/os, eram seres complexos que alcançaram caminhos diversos para conquistar sua liberdade, para se alfabetizar, se inserir na cultura letrada, chegando a desempenhar papéis de destaque na sociedade escravista (MATTOS, 1998; CHALHOUB, 2011; PINTO, 2018).

Longe de querer traçar uma biografia de Cacilda, tomo minhas as palavras de Ana Flávia Magalhães Pinto que, ao se debruçar sobre a trajetória de seu esposo, Vicente de Souza, afirma: “o que proponho aqui é um exercício de reconhecimento de algumas simultaneidades por meio das quais sou capaz de atribuir sentidos à sua vida, em um diálogo do presente com o passado” (PINTO, 2019: p. 272).

O presente trabalho foi realizado através de uma pesquisa de cunho documental, amparada por alguns anúncios jornalísticos que nos revelaram algumas de suas atuações no movimento abolicionista, como também no pós-abolição, cruzando com pequenos resumos

biográficos encontrados (SOUZA, 1902; BERNARDES, 1989; GUIMARÃES, 2011; SILVA, 2018). Como repertório teórico-metodológico, utilizaremos a conjugação da História Social da Educação, a História dos Intelectuais e a Micro-História para destacar seu posicionamento intelectual e sua rede de sociabilidade. O termo intelectual está sendo empregado conforme Sirinelli (2003), para caracterizar a atuação de Cacilda Francioni nos séculos XIX e XX. Dessa forma, o eixo da observação histórica estará direcionado para as experiências dos sujeitos, ao invés das instituições, destacando sua movimentação pela cidade em espaços plurais e distintos, e suas redes de sociabilidade.

## 2. Escravidão e abolição – diferenciações entre a experiência feminina e a masculina

Na sociedade patriarcal e escravista, as funções e papéis entre homens e mulheres era hierarquicamente demarcada. Mesmo assim, a questão de gênero esteve presente no movimento abolicionista brasileiro de diversas formas.

Desde a década de 1860 temos informações sobre a participação feminina nas associações abolicionistas, como a *Sociedade Libertadora 7 de Setembro*, na Bahia. Essa organização aceitou mulheres em sua sociedade, como exemplo, em 1871 dos 512 sócios, 15 eram mulheres. A instituição também adotou a política de libertação de escravizadas, principalmente as mais jovens.<sup>1</sup> Compreendemos que tais ações não estabeleceram condições igualitárias de participação entre homens e mulheres nessa organização, como podemos comprovar em sua diretoria totalmente masculina. Mas, abriu caminho para se pensar as diferenças entre as vivências e experiências femininas e masculinas dentro do processo de escravidão e do próprio abolicionismo.

Muitos estudos focalizaram o envolvimento da mulher de classes sociais abastadas no movimento abolicionista,<sup>2</sup> defendendo que a mobilização feminina era majoritariamente das elites. Porém, pesquisas recentes demonstram que a participação de escravizados e escravizados dentro da luta abolicionista começa a ser revista:

Durante muito tempo, o estudo da escravidão e do processo de abolição foram enfocados sob a perspectiva dos escravos, termo que teoricamente subsumia a experiência das escravas ao conjunto de vivências entendidas como característica dos escravizados. Isso levou a que os historiadores não se preocupassem em

---

<sup>1</sup> Lembrando que nesse momento a escravidão era transmitida pelo ventre materno, e a atuação dessa organização é anterior à promulgação da Lei do Ventre Livre (Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871).

<sup>2</sup> Cf. SILVA, 2014; SILVA, 2018; ALONSO, 2015.

estabelecer as diferenças ou as peculiaridades das experiências de homens e mulheres submetidos à escravidão, e mesmo quando os estudiosos enfocavam temas que tinham uma perspectiva de gênero, o faziam sem sublinhar essa particularidade e, dessa forma, conceituavam seu objeto como característico da experiência escrava em geral. (MACHADO, 2018: p. 327)

É nítido que a vivência no cativeiro marcou os homens e mulheres negras, mas o regime teve formas de atuação, de subjugação e de exploração que imprimiu marcas diferenciadas entre o corpo feminino e o masculino.

A lógica da produtividade escravista atingiu a homens e mulheres de forma igualitária na apropriação legal dos corpos, como propriedade e força produtiva. Mas, na forma de serem castigadas, sofriam com os açoites e também com os abusos sexuais. Até sua capacidade reprodutora foi valorizada comercialmente, o seu próprio corpo foi lugar para reprodução do sistema, e por isso supervalorizado no momento que o tráfico internacional foi abolido. O que gerou consequências para a concepção e para a maternidade. Por outro lado, no século XIX, havia uma exaltação ideológica da maternidade, uma visão romantizada ligada a preceitos religiosos, porém essa concepção foi negada às mulheres escravizadas. Essas não tiveram direito ou liberdade na amamentação e na educação de seus filhos e filhas, por serem vistos como mercadorias, que poderiam ser vendidos e afastados do seio materno (DAVIS, 2016; MACHADO, 2018).

Mesmo assim, as mulheres escravizadas encontraram formas de se colocar ativamente frente a um sistema opressor. Algumas vezes, se utilizando do discurso de seus opressores: “Nesse contexto, o vocabulário da maternidade surge como uma das maiores armas de reivindicação das mulheres libertandas” (MACHADO, 2018, p. 329). Como já abordado, as mulheres escravizadas foram maioria no processo de libertação que envolveu as organizações abolicionistas. Não somente na *Sociedade Libertadora 7 de Setembro*, em diversas organizações, mesmo após a Lei do Ventre Livre, se percebe a predominância na libertação de escravizadas. Maria Helena P. T. Machado (2018) destaca o trabalho de Camillia Cowling que analisa os processos jurídicos de libertação solicitados por escravizadas, tanto para si como para seus filhos, no Rio de Janeiro e em Havana. A autora destaca que o estudo chama a atenção para um dado até então desprezado pela historiografia do período, as mulheres foram presença marcante, e talvez até majoritária, nos processos de liberdade. Utilizando da retórica da feminilidade maternal, que lhes fora negada, as mulheres escravizadas alcançaram o campo jurídico, as associações e os livros de ouro. Meios e espaços de luta nos quais as escravizadas se

apropriavam da representação da mãe de família para reivindicar e conquistar a sua liberdade e a dos seus filhos e filhas.

Por isso, não podemos desprezar que as mulheres escravizadas construíam seu próprio mecanismo de combate contra o escravismo e pela liberdade, e se inseriam no movimento abolicionista. Assim, podemos pensar nas particularidades imposta pelo gênero feminino e suas formas de ação que muitas vezes passava por estratégias como a incorporação do discurso do dominante.

Machado (2018) fala que entre os escravos fugidos e quilombolas, as mulheres e seus filhos eram minoria, por isso buscavam outras formas de conseguir a liberdade para si e para os seus. Porém, Eduardo Silva (2018, p. 398), focalizando o *underground* abolicionista, reforça que as fugas de escravizadas ganham fôlego a partir da década de 1880, pela rede de apoio que é gerada nesse momento, possibilitando a fuga de famílias inteiras, inclusive de mulheres gestantes e/ou com filhos de colo.

Diante disto, como proposto pelos autores, compreendemos que é possível pensar na participação de mulheres de uma forma ampla, senhoras de elite, mas também de outras classes sociais, até mesmo as escravizadas. Essas desenvolveram formas específicas de enfrentamento nesse momento histórico, que podem ser desveladas a partir de outro olhar sobre as fontes, suas brechas e seus silenciamentos.

### 3. Cantos da liberdade

Será através desse olhar diferenciado que iremos nos debruçar sobre a trajetória dessa mulher negra que, apesar de ser livre, enfrentou todos os desafios que uma sociedade patriarcal e escravista impôs para pessoas negras. Grande parte da população livre nas cidades brasileiras nas décadas finais do século XIX era composta por negros. Porém, “numa sociedade escravista, por óbvio, não importava o caminho tomado, uma pessoa negra e livre sempre seria interpelada pelos assuntos e espaços do escravismo” (PINTO, 2018, p. 184).

Acrescenta-se a isso a pouca visibilidade dada à atuação de mulheres no século XIX, período de intenso debate sobre a educação feminina, e que as mulheres ainda estavam quebrando barreiras e lutando por direitos civis e políticos.

No livro de Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro - Século XIX*, há um pequeno tópico sobre *Cassilda Franconi de Sousa (1858-?)*, apesar da

grafia diferenciada, se refere à mesma pessoa. Isso porque em outros anúncios aparece o nome completo de Cacilda Francioni de Souza, como a autora do livro *Noções de literatura nacional*, mesma obra descrita por Bernardes como pertencente a Cassilda (BERNARDES, 1989: p. 193). A autora descreve sua naturalidade, Rio de Janeiro, e no ano de seu nascimento, 1858, porém sem especificação sobre a data. Encontramos algumas notas na *Gazeta da Tarde* e no *O Paiz* com felicitações à Cacilda por seu aniversário, o que nos permiti deduzir que Cacilda tenha nascido no Rio de Janeiro em 18/06/1858, mas sem detalhes sobre seus pais e sua origem social (*Gazeta da Tarde*, 18/06/1888, ed. B00136, p. 3; *O Paiz*, 18/06/1896, ed. 4277, p. 3).

O nome de Cacilda é bastante citado nos estudos sobre o movimento abolicionista ao lado de seu esposo Vicente de Souza. Juntamente com José do Patrocínio e André Rebouças, Souza foi um dos principais articuladores da primeira série de conferências realizadas pelo movimento abolicionista nos anos de 1880 e 1881, que ficaram conhecidas como *Conferências emancipadoras*. Menos reconhecido nos estudos sobre abolicionismo do que seus companheiros, André Rebouças e José do Patrocínio, Vicente de Souza formava com eles um trio de homens negros que fora responsável por eventos que mobilizaram o debate abolicionista no cenário urbano:

De 1880 a 1881, foram 44 sessões: em dezessete delas discursou Vicente de Souza, em dezoito Patrocínio. A pauta: a inefetividade da Lei do Ventre Livre, maus-tratos a escravos, ataques à religião de Estado. Falavam de abolição já e sem indenização. Embora Rebouças não subisse ao palco, Nicolau Moreira várias vezes reverberou suas ideias em discursos contra o “feudalismo bárbaro”, pedindo “a subdivisão do solo e a criação da democracia rural”. (ALONSO, 2015: p. 133, grifos do autor)

Nascido em Nazaré, Bahia, em 1852, sua formação é marcada pela presença do médico e educador abolicionista Abílio César Borges. Estudou no Ginásio Baiano, e provavelmente foi sob a influência desse mestre que teve contato com os ideais abolicionistas, participando das solenidades cívicas. Muito jovem, e sob a proteção de Borges, transferiu-se para a Corte, estudando no Colégio Abílio, também de sua propriedade. De igual forma, é atribuído a Borges seu início na docência, prestando serviços como professor em diversas instituições privadas, o que lhe possibilitou meios de sustento para continuidade de sua formação acadêmica. Entrou para a Faculdade de Medicina em 1873, cursando as cadeiras de farmácia, assim como Patrocínio, mas conseguindo se formar em Medicina em 1879. Vicente de Souza alcançou reconhecimento tanto como professor, entrando para o Colégio Pedro II em 1885, e também enquanto médico, seguindo os mesmos passos que Abílio Borges. Ana Flávia Magalhães Pinto

(2018, 2019) destaca a atuação de Vicente de Souza nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, em três frentes de atuação: no abolicionismo, no republicanismo e no socialismo. Vicente foi extremamente ativo, se envolveu em diversas associações, pelo menos 50 até 1908, e na imprensa, meios e locais para defender seus ideais.

O casamento de Cacilda com Vicente aconteceu em 1880 (*O Século*, ed. 1859, 04/09/1912). Ainda jovem, com apenas 22 anos, acompanhando o esposo nas sessões abolicionistas, encontramos os primeiros registros da participação dela nesses eventos. Na conferência N. 10 em 06/09/1880, o Dr. Nicolau Moreira chama a atenção para a plateia feminina e sua numerosa presença, assim como para a participação amadora de Cacilda de Souza na apresentação musical (*Gazeta da Tarde*, 27/09/1880, ed. 00068, p. 1). A partir de então, o nome dela é constante na parte dos concertos das conferências.

Alonso (2015, p. 146-147) destaca três portas pelas quais as mulheres adentraram no movimento abolicionista: a primeira pela filantropia, senhoras da alta extração social; a segunda, ao lado de alguém do seu seio familiar, maridos, irmãos, pais, cunhados, entre outros; a terceira, pela arte, como cantoras, atrizes, instrumentistas, poetisas, entre outras profissões. Segundo esta autora:

Os abolicionistas chamaram as senhoras para proteger a campanha das ameaças escravistas de invadir seus eventos e para avolumá-los. Mas elas acharam outras ocupações para além de escudo. Indo às conferências-concerto como quem vai à ópera, muitas passaram de politicamente incapazes a cidadãs da política das ruas. (ALONSO, 2015: p. 147)

O fato é que o próprio movimento percebeu a força feminina nesses eventos. Mesmo não tendo a mesma função dada aos homens, começa a ter uma modificação no seu envolvimento com as questões e a luta política. A Conferência de Número 28 foi idealizada buscando reconhecer e dar visibilidade à participação feminina na causa da abolição. Com o título de “Grande Festival”, anunciavam: “muitas e distinctíssimas senhoras de nossa sociedade, secundadas por exímios professores e distinctíssimos amadores realizam em favor da benemérita Associação Central Emancipadora, uma grande e bela matineé musicale no dia 6 do corrente, no theatro S. Luiz” (*GAZETA DA TARDE*, ed. 00030, 03/02/1881, p. 2). A conferência contou com grande público feminino, e, no mínimo, 6 figuras femininas se apresentaram. O orador Vicente de Souza agradeceu o envolvimento de mães, esposas, irmãs e filhas que estavam na luta abolicionista, destacando a participação de sua senhora: “A Phantasia do *Fausto* para violino e piano pela Sra. D. Cacilda de Souza, a primeira do seu sexo a prestar



auxílio à Santa Causa da Abolição, e pelo violinista Cantalice foi interrompida várias vezes por bravos e coroadas por flôres e geraes aplausos” (*Gazeta da Tarde*, 07/02/1881, ed. 00033, p. 1).

Assim como Cacilda, Guilherme Cantalice era um jovem negro que participou ativamente da parte musical desses eventos. Cantalice era violinista e sua primeira apresentação dentro das conferências foi ao lado de um menino branco chamado Alberto da Motta, desejando a sensibilização do público, apontando para a possibilidade de construção de nova era, onde todos os negros e não negros pudessem estar juntos (*Gazeta da Tarde*, 06/12/1880, ed. 00128, p. 1).

Outro artista negro que se apresentou com Cacilda e Cantalice foi o professor Viriato. Viriato Figueira da Silva nasceu em Macaé em 1851, sendo filho de escravizados, parou na Corte e estudou com Joaquim A. Callado, de quem se tornou grande amigo. De acordo com a *Revista Tagarella*, trabalhava profissionalmente com quase todos os instrumentos de sopro, e dava aulas em diversas instituições de ensino na Corte. Foi diretor de harmonia da Sociedade Filarmônica Niteroiense em 1880, compositor de diversas obras entoadas nas conferências, como a polca *Macia*, dedicada a Patrocínio,<sup>3</sup> *Carnaval do Brasil*, *Guarany Saudação*, entre outras. Chegou a reger 200 músicos em uma conferência em homenagem a Joaquim Nabuco (*Gazeta de Notícias*, 21/05/1881, ed. 00136, p. 4). Viriato morreu jovem, de tuberculose, com apenas 32 anos em 24/04/1883, momento em que o movimento abolicionista estava em pleno vapor, sendo homenageado por algumas organizações abolicionistas.

A experiência de Cacilda, Viriato e Cantalice nos permite pensar na participação de artistas negros nas conferências emancipadoras, revelando a inserção de uma camada profissional popular que encontrou no abolicionismo uma possibilidade de atuação profissional, política e social, além de meios de visibilidade, reconhecimento público, e posicionamento político. No artigo *O saber que se anuncia: o poder da palavra em tempos de escravidão (Rio de Janeiro, 1830 a 1888)*, Alexandra Lima (2019) analisa anúncios sobre os escravizados que dominavam a leitura e a escrita. A autora destaca o envolvimento de muitos escravizados com a música, afirmando que esse era um saber dominado pelos cativos desde o período colonial, o que foi explorado, de forma rentável, por alguns senhores de escravos, existindo até uma Escola de Música para escravizados na Real Fazenda Santa Cruz – Rio de Janeiro. É possível que esse conhecimento tenha sido transmitido para muitos descendentes de

---

<sup>3</sup> O *Globo*, 24/05/1882, ed. 00166, p. 2



escravizados, homens e mulheres livres durante todo século XIX, que encontraram na música uma forma de sustento e inclusão social.

Conforme reconhecido pelo próprio movimento, Cacilda não somente foi a primeira do sexo feminino nesses eventos, como foi também a primeira mulher negra a participar abertamente das conferências abolicionistas nesse período (SILVA, 2006). Apesar de concordar que esse espaço era simbolicamente importante na luta antiescravista, com sua liderança de intelectuais negros e negras (André Rebouças, José do Patrocínio, Vicente de Souza, José Agostinho Reis, Israel Soares, entre outros), compreendemos que essa luta se iniciou muito antes, com os primeiros escravizados que aqui desembarcaram e com o envolvimento de diversas mulheres negras através do tempo.

O fato é que através das apresentações artísticas várias mulheres ganharam espaço dentro das conferências, da plateia subiram ao palco. A partir de 1881, vários nomes femininos ganham destaque. Das quais podemos citar, nesse primeiro momento, além de Cacilda de Souza, Joronyma Moraes Sarmento, D. Engelina Accioli, Alice Clapp, Eugenia Baldraco, Carlota Luiz, Luiza Regadas, Luiza Mallio, Esmeralda A. Marques, Honorina Rosa Ferreira, Joanna Midosi. Algumas dessas mulheres possuíam alguma ligação familiar com figuras masculinas de destaque no movimento e pertenciam a classes abastadas, porém acreditamos que isso não pode restringir a atuação feminina dentro do abolicionismo, um campo que necessita de mais pesquisas.

Sendo nome recorrente na apresentação musical das Conferências Emancipadoras, a atuação de Cacilda F. de Souza no movimento, assim como de outras mulheres, não se restringe a isso. Na *Gazeta da Tarde* foi divulgado: “No dia 14 de dezembro, às 7 horas da tarde, terá lugar a innauguração dessa auspiciosa Associação, fundada por illustres senhoras, dedicadas à Santa Causa da Abolição” (*Gazeta da Tarde*, 13/12/1880, ed. 00134, p. 2). De acordo com Eduardo Silva (2018), sob a proteção do Capitão Emiliano Senna, homenageando seu genro e abolicionista de destaque José do Patrocínio, surge essa organização totalmente feminina. Evaristo de Moraes descreve:

Foram primeiras diretoras D. Virginia Vila Nova, D. Adelina dos Santos, D. Henriqueta Senna. A comissão executiva ficou composta de D. Eponina Senna, Cacilda de Souza e Rosalina de Senna. A vida do clube não foi longa, mas seus serviços foram reais, e a sua influência, grande na modificação da atitude de muitas senhoras que, antes, temiam se manifestar acerca do assunto. (MORAES, 1986: p. 52).

Conforme se pode verificar, o nome de Cacilda de Souza é descrito pelo autor na diretoria executiva dessa organização que posteriormente será presidida por Elisa Sarmiento, vice-presidente Virginia Villanova, tesoureira Henriqueta de Senna, secretária Carolina de Vasconcelos (*Almanak Laemmert*, ed. 0038, 1881, p. 629). Esta organização realizou eventos, esmolou pela causa, entregou cartas de liberdade, entre outras ações. Em suas atividades as mulheres assumiam posição de liderança:

Realizou-se ante-hontem, no theatro Gymnasio, a sessão magna do Club Abolicionista José do Patrocinio. A's 8 horas deu-se começo á festa com a symphonia do Guarany a quatro mãos: seguindo-se um brilhante discurso, pronunciado pela Exma. Sra. D. Adelina Santos. (*Diário do Brasil*, ed. 00178, 31/12/1881, p. 2)

Neste evento não somente a presença feminina está nas apresentações musicais, como também no discurso. É possível que em outros momentos isso já acontecesse, mesmo porque as incumbências da diretoria dessa organização necessitassem de alguns posicionamentos e pronunciamentos, que demonstrassem liderança e habilidade política.

Em 1882, na inauguração do Club Central dos Libertos, as senhoras Cacilda de Souza e Julia Regadas receberam o título de sócios beneméritos, título este que demonstra reconhecimento por suas ações (*Gazeta de Notícias*, 20/03/1882, ed. 778, p. 1).

Apesar de comprovarmos um incentivo dos abolicionistas para a participação feminina no movimento, e certo reconhecimento, quando é criada a Confederação de Abolicionistas, em 1883, nenhuma mulher foi convidada a fazer parte de sua diretoria, “fosse na ‘comissão deliberativa’, composta por três representantes de cada uma das 15 sociedades confederadas, fosse na ‘comissão executiva’” (SILVA, 2018: p. 347, grifos da autora). Houve uma ampliação da participação das mulheres na esfera pública e política, mas um longo caminho por espaço e direitos políticos e civis ainda estava se desenhando.

#### **4. Flores na docência**

O envolvimento com a música, destacado nos eventos abolicionistas, não é seguido profissionalmente, Cacilda se torna professora de instrução primária, chegando a assumir a direção de algumas escolas. Heloísa Vilella investigou uma família de docentes negros, os *Albertos*, em Niterói, que também se envolveu com as lutas antiescravistas, argumentando que “a presença de negros nessa profissão no século XIX e primeiras décadas do século XX, pode ser mais significativa do que admite o senso comum, como sugerem pesquisadores recentes

envolvidos com a temática” (VILLELA, 2018: p. 347). O que nos faz indagar sobre a possibilidade da docência como um meio de ascensão profissional e social para as pessoas negras nesse período.

De igual forma, no artigo *Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por educação: André Rebouças (1838-1898), José do Patrocínio (1853-1905) e Manuel Querino (1851-1923)*, Alessandra Schueler argumenta sobre a experiência na docência nesses três abolicionistas negros. Ressaltando que essa área profissional também, conforme comentado, foi percorrida por Vicente de Souza e pelo Professor Viriato, e outros sujeitos negros como Hemérito dos Santos, Antônio Firmino Monteiro, José Agostinho dos Reis, e tantos outros que tinham a prática docente e a luta abolicionista como um vértice de atuação.

Na dedicatória de seu livro, *Resumo da História Literária*, Cacilda informa que trabalhava no magistério desde 1875. Ela ofereceu essa obra às suas alunas, afirmando que a docência seria a “carreira mais elevada e mais útil, a que se destina a mulher em qualquer nação cultivada pelo saber, pela moral e pelo civismo” (SOUZA, 1902: p. V). É interessante observar como usa essa parte de seu livro para incentivar e ressaltar a posição da mulher na busca por educação e por uma carreira profissional.

As primeiras menções sobre seu trabalho docente na imprensa datam de 1881, quando é mencionado que “as professoras adjuntas da escola publica da freguesia da Candelária, Sras. DD. Cacilda da Souza e Carolina Franccioni, acompanhadas das alumnas da mesma escola, offerecerão hontem á professora Guilhermina de Azambuja Neves uma penna de ouro delicadamente lavrada” (*Jornal do Comércio*, 06/06/1881, ed. 00156, p. 1). A referida professora Guilhermina<sup>4</sup> foi uma mulher de destaque no magistério público da época, escrevendo livros didáticos para serem usados na instrução primária do período, o que revela que Cacilda possuía e buscava o contato com outras mulheres de destaque na docência.

---

<sup>4</sup> Guilhermina de Azambuja Neves, natural do Rio de Janeiro, iniciou sua carreira no magistério público em 1866, sendo nomeada professora da escola pública de meninas da Candelária. Nas décadas de 1870 e 1880, dirigiu o colégio particular para meninas Azambuja Neves. Casada com Arthur Franklin de Azambuja Neves, da Inspeção de Instrução Primária e Secundária da Corte, Guilhermina publicou alguns textos nos quais defendia a introdução de metodologias de ensino intuitivo, como as obras: *Methodo brasileiro para o ensino da escripta: collecção de cadernos, contendo regras e exercícios* (1881); *Methodo intuitivo para ensinar a contar, contendo modelos, tabellas, taboadas, regras, explicações, exercícios e problemas sobre as quattros operações* (1882) e *Entretenimento sobre os deveres de civilidade, colleccionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos* (1875, 1883) (SCHUELER; TEIXEIRA, 2008).

Nesse mesmo período, diversos anúncios indicam sua frequência nos cursos da Escola Normal da Corte. Em um relatório apresentado pela Instrução Primária e Secundária ao Ministério do Império, Bandeira Filho, inspetor geral da instrução, argumenta:

Tenho empregado as medidas ao meu alcance para induzir os adjuntos a frequentarem as aulas da Escola Normal, a fim de habilitarem-se para os exames e aumentarem os seus conhecimentos em vantagem do ensino. Na primeira visita que fiz à Escola Normal, verifiquei que bem poucos professores adjuntos aproveitavam-se do ensino gratuito fornecido naquela instituição, criado pelo Estado para auxiliar o preparo do professorado público. (Relatório do Estado da Instrução Primária e Secundária, 15/02/1884)

No documento, o nome de Cacilda Francioni de Souza aparece como professora adjunta que assumiu a direção interina da 2ª. Escola Primária de Meninas da Freguesia de Santana, em um curto período de 27 de agosto a 09 de setembro de 1883. A Escola Normal se torna um espaço de formação para o magistério, e que foi frequentado por Cacilda, enquanto aluna até aproximadamente 1887.

Em 1890, o nome de Cacilda aparece como diretora da 2ª. Escola Feminina Primária do 2º. Grau, fazendo parte do Conselho Diretor de Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Assumindo em 1892 as cadeiras de português e caligrafia, acumulando também o cargo na direção da escola para meninas.

Uma nota é bastante interessante, pois descreve uma visita de sua escola a uma fábrica de estearina, na qual a diretora e o professor de química, física e história natural acompanharam as alunas, sendo resumido os objetivos da visita:

Com o intuito de firmar e ampliar os conhecimentos adquiridos nas aulas de physica e chimica, conduzi a essa fabrica algumas das alumnas da escola sob minha direcção. Aqui a vista dos processos industriais utilizados na economia publica e domestica, ellas poderão formar idéas claras e exatas do que têm aprendido n´esse ramo especial do ensino primário superior. E, satisfeita por ter encontrado estabelecimento tão aperfeiçoado e notavelmente dirigido pelo Sr. Delforge, continuo a crêr que as officinas e as fabricas são o complemento indispensável das escolas.  
Cacilda Francioni de Souza,  
Diretora da 2ª Escola do 2º Grau  
Capital Federal, 16 de outubro de 1894<sup>5</sup>

Ao levar o corpo discente para uma aula de campo, Cacilda demonstra preocupação com a relação entre teoria e prática. Tratando-se de uma escola para meninas, essa preocupação mostra um ensino que pensava para além da formação de boa esposa ou dona do lar, comum ao período. Apesar da estearina ser utilizada na confecção de vela, sabão e sabonetes, produtos

---

<sup>5</sup> A Notícia, ed. 0035, 22/10/1894, p. 3.

anteriormente delegados ao trabalho feminino, nesse período, principalmente nas grandes cidades, as fábricas e indústrias já haviam se dedicado a esse mercado. A professora ressalta que esse aprendizado é importante na economia doméstica, como também na pública. De igual forma, defende que a conexão entre os processos de produção e a escola sejam fundamentais ao ensino.

Cacilda passa a se dedicar à publicação de livros sobre educação, destacando-se na escrita de livros didáticos para Literatura, a partir de 1895. Essa faceta da professora Cacilda será abordada mais detalhadamente no próximo tópico.

Em 14 de abril de 1897, ela é nomeada para a cadeira de Português e Literatura da Escola Normal, onde assume esta cadeira juntamente ao professor negro Hemetério José dos Santos no curso noturno (A *Notícia*, 15 e 16 de abril de 1897, ed. 0089, p. 1; *Almanak Laemmert*, 1898, ed. A0055, p. 290). De acordo com Silva (2000), Coema Hemetério dos Santos Pacheco, filha do professor Hemetério dos Santos, entrou para o curso noturno dessa instituição em 1895, o que nos permite pensar na possibilidade dessa jovem ter sido aluna de Cacilda Francioni. Já em 1911, Coema assumiu como professora substituta a cadeira de português do curso noturno dessa instituição. É interessante observar que tanto Hemetério quanto Cacilda e Coema eram pessoas negras dentro do magistério no curso noturno da Escola Normal. Que relações e significações podem se estabelecer desse fato? Como professora negra, Cacilda pode ter influenciado positivamente outras jovens negras? Quais sujeitos fariam parte do corpo discente do curso noturno nessa instituição?

Nos anúncios investigados, notamos que a professora e diretora Cacilda F. de Souza era carinhosamente tratada por suas alunas e por seus responsáveis, que publicavam elogios, manifestavam felicitações por seu aniversário, faziam festas de comemorações diversas, sempre mencionando a entrega de flores e mimos à educadora.

## **5. No caminho das letras...**

Pela música e pela docência, Cacilda Francioni da Silva já havia conquistado certo prestígio e reconhecimento no cenário público quando começou a se dedicar às letras. Sempre direcionada ao ensino, temos comprovações de pelo menos três obras de sua autoria, algo que possibilitou que seu nome fosse pensado em um questionamento sobre a inserção de mulheres na Academia Brasileira de Letras, mencionada em um artigo que defendia a intelectualidade

feminina brasileira, e mesmo após 23 anos de sua morte, seu nome fosse lembrado em uma crítica sobre um autor literário.

A primeira publicação que conhecemos é de 1895, um relatório apresentado à diretoria geral da Instrução Municipal da Capital Federal, denominado *O ensino público primário na França e na Itália*, sendo assim apresentado pela *Revista Illustrada*, “um bom repositório de informações e de factos observados pela auctora, que com esse livro prestou um bom serviço ao ensino publico” (Revista Illustrada, 1895, ed. 00677, ano 20, p. 6).

Não foi a única publicação da autora, sua obra mais conhecida e descrita por Bernardes, *Noções de Litteratura Nacional*, foi lançada em 1896. Sobre essa e outras obras publicadas por mulheres, há um comentário em *O País*:

Há dias a estimada professora publica D. Cacilda de Souza appareceu também com um livro didáctico, um simples livro de leitura em cujas as páginas os nossos prosadores e poetas, segundo me consta, são biographados, e commentados com singular intelligência.

Satisfazem-me todas essas manifestações da actividade litteraria de algumas senhoras brasileiras que não se limitam a desempenhar na sociedade o papel a que as mulheres se acham reduzidas pelo egoísmo dos homens, e reclamam dignamente o direito de pegar a penna para dizer o que pensam e o que sentem. (O PAIZ, 05/07/1896, ed. 04294, p. 1)<sup>6</sup>

A nota não somente traz boas recomendações do livro, como também destaca seu caráter didático e sua singularidade em trabalhar somente autores brasileiros. De igual forma, exalta o trabalho de escrita das senhoras brasileiras,<sup>7</sup> que neste momento estavam ganhando espaço no campo intelectual.

De acordo com Guimarães (2011), esta publicação tinha por objetivo auxiliar suas alunas de acordo com o programa oficial da época, através do Decreto N. 981, de 8 de novembro de 1890, que regulamentava a educação primária e secundária no Distrito Federal. O autor declara: “o compêndio da professora Cacilda F. de Souza foi publicado com o título igual a um dos pontos de estudos do segundo ano que aparece no Decreto Ministerial. Desta forma, podemos concluir que foi escrito para as aulas daquele ano” (GUIMARÃES, 2011: p. 4).

---

<sup>6</sup> Nesta matéria é comentado o trabalho de mais duas escritoras: Julia de Almeida com *Livro das Noivas*, e Ignez Sabino com as obras *Mulheres Illustres do Brazil* e *Noites brasileiras*.

<sup>7</sup> Outras professoras também se dedicaram à autoria de livros didáticos nos oitocentos, como a já citada Guilhermina de Azambuja Neves. Sobre a temática de professoras e autoras de livros didáticos, consultar Silva (2008), Teixeira (2010)

Também destaca que anteriormente outros livros sobre literatura já haviam sido publicados e adotados pelo Colégio Pedro II, modelo de educação secundária no período, destacando: *Curso elementar de literatura nacional* (1862), do cômego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; *Le Brésil littéraire* (1863), de Ferdinand Wolf; *Resumo de história literária* (1873), de Fernandes Pinheiro; e *História da literatura brasileira* (1888), do sergipano Silvio Romero. Contudo, sua diferenciação está em seu caráter didático direcionado para as escolas primárias do 2º. grau.

Era um trabalho extenso de 410 páginas, publicado por Laemmert & C. Editores, dividido em duas partes, contendo na primeira parte um resumo da história literária brasileira do século XVI ao século XIX e a biografia de autores contemporâneos, e trechos de obras literárias desses autores na segunda parte. Os editores anunciaram o lançamento da obra em diversos jornais, sendo o livro vendido por 5\$000. Em alguns anúncios, o livro de Cacilda ganhava destaque, mas os editores aproveitavam para anunciar, em menor destaque, outras publicações sobre literatura de Silvio Romero. O que nos permite comparar o valor cobrado pelas obras de Silvio Romero e a obra de Cacilda; o livro *Estudos da Literatura Contemporânea* do autor custava 4\$000, um pouco abaixo da obra da professora, já o livro *Estudo sobre a Poesia Popular no Brasil* custava o mesmo valor 5\$000.

Apesar de um grande número de recomendações e críticas positivas, o livro não é aceito pelo Conselho de Instrução Municipal:

As Noções de Litteratura Nacional, da distincta professora D. Cacilda de Souza, já forão adoptadas em diversos estabelecimentos de ensino e esperamos que algum dia o serão também nas escolas municipaes. O Conselho de Instrucção, louvando-se do parecer do Dr. Guimarães Rebello, o qual proclama convictamente <<zelador da pureza do dizer vernáculo>> (sic), entendeu o livro deficiente da Sra. D. Cacilda, por não incluir trechos de autores portuguezes clássicos. Ora, nós pensamos que essa exclusão constitue justamente um dos seus títulos mais recomendáveis. Trata-se de uma collectanea exclusivamente nacional, com o resumo da historia pátria, traços biographicos dos autores, e excerptos fáceis, tudo perfeitamente adaptado ás intelligencias infantis. Nutro a convicção que seja um dos melhores livros do genero que possuímos. (*Jornal do Comércio*, ed. 00201, 19/07/1896, p. 1)

A nota acima traz informações relevantes: primeiro que o livro já havia sido adotado por algumas escolas, segundo por anunciar a recusa do Conselho de Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, esse órgão responsável pela aprovação e aquisição de materiais didáticos para as escolas municipais, mas, principalmente, por questionar o argumento da



desaprovação. Dessa forma, acreditamos que a adoção da obra se daria na rede particular de ensino ou em outras redes públicas do país. O argumento apresentado pelo Conselho, por não possuir autores portugueses clássicos, é debatido pelo autor da nota declarando que seria este o principal destaque da obra, um livro dedicado à literatura nacional, associando essa escolha com a sua adaptação à faixa etária de alunos e alunas de escolas primárias.

Em outra análise intitulada *o Ensino Público*, publicada no jornal *O Fluminense* em 02/09/1898, Alberto de Oliveira defende a necessidade de se partir de conceitos mais simples para alcançar os mais complexos, do particular para o geral no ensino das crianças, exemplificando através de noções de geografia e do estudo da literatura. Por isso, o autor argumenta sobre a necessidade de se trabalhar com autores brasileiros com o ensino primário, e, posteriormente, no secundário, se trabalhar com os clássicos estrangeiros como os *Lusíadas* de Camões, reforçando que estas referências “por não serem brasileiros, fallam menos ao alcance dos jovens patricios” (*O Fluminense*, 02/09/1898, ed. 3739, p. 1). O único livro citado por Oliveira, de acordo com o seu ponto de vista, é o trabalho de Cacilda, “poupe-se á alma infantil o supplicio de debatêr-se no cipoal dos antigos clássicos, não nossos, e alguns fastidiosamente perluxos e saporíferos” (*O Fluminense*, 02/09/1898, ed. 3739, p. 1).

Mas, outras críticas negativas também foram publicadas na imprensa da época, como na *Revista Brasileira*:<sup>8</sup>

As “noções” propriamente neste livro são poucas, tendo a A. preferido o systema biographico, que si nos informa da chronologia dos autores, pouco nos illustra sobre o seu valor e papel na nossa historia literária.

A “Segunda parte” do livro contém extractos de prosadores e poetas, nem todos aliás felizes. Numa segunda edição, que este livro deve necessariamente ter, conviria expungir dessa recolta alguns trechos de duvidosa conveniencia para escolas primarias, bem como dar á parte doutrinaría um caracter mais pedagogico. O livro entretanto vem satisfazer uma necessidade. (*Revista Brasileira*, 1896: p. 331)

Mesmo questionando algumas partes da obra, ainda assim é mencionado sua necessidade, a carência desse tipo de material que se destina à literatura nacional.

Esse livro foi adotado pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1897, o que pode ter sido sinônimo de reconhecimento de sua qualidade, tendo em vista que as escolas militares

---

<sup>8</sup> A *Revista Brasileira* foi um importante periódico que circulou nos séculos XIX e XX. De acordo com Pereira e Neto (2012, p. 1), “em sua primeira fase, empregou um significativo programa editorial voltado para a edificação de projetos de modernização do Brasil no século XIX, como o desenvolvimento da imprensa, de um projeto liberal para a economia, de uma literatura que embora buscasse sua particularidade”.

eram consideradas referência para o sistema educacional brasileiro (*O País*, 12/03/1897, ed. 4546, p. 5).

Essa publicação teve uma nova edição em 1902, com algumas alterações em seu formato e com uma série de comentários publicados sobre a primeira edição, no qual elogiavam a obra. Neste mesmo momento a professora lançou outro livro, *Resumo da Historia Litteraria*, pela mesma editora, Laemmert & C. Editores. Porém, essa nova publicação se destinava aos alunos da Escola Normal, dessa forma contemplava com seus livros didáticos tanto o ensino primário quanto o secundário.

A estratégia de publicar uma nova edição de um livro renomado e ao mesmo tempo uma nova obra deve ter sido pensada pelos editores, que, como já pontuamos, também publicaram obras de Silvio Romero sobre a literatura para dar visibilidade para esse campo. Em uma nota publicada pela *A Notícia*, assinada por J. Santos, traz informações sobre a obra, como também faz uma análise desse campo. O autor afirma que as obras de Silvio Romero, apesar de excelente qualidade, não eram didáticas. Continuando sua argumentação, aponta que José Veríssimo publica uma série de ensaios avulsos sobre escritores, mas nada como um compêndio; Araripe Junior faz algumas monografias sobre alguns literatos, porém nada sintético; e Valentim Magalhães apenas reuniu notícias sobre autores contemporâneos. Nenhum desses, segundo o autor, comparados à obra de Cacilda Francioni (*A Notícia*, 24 e 25 de dezembro de 1902, ed. 304, p. 3). Chama a atenção a autora ser a única mulher mencionada a se dedicar à literatura brasileira, ainda mais sendo negra, poucos anos após o fim da escravidão.

De acordo com o autor, a obra iniciava com algumas noções sobre retórica, estilos, figuras de pensamento, prosa e verso, gênero literário, entre outros, todos tratados de uma forma simplificada; na segunda parte, apresenta informações sobre as divisões na história literária universal; e na última parte se dedica à história literária brasileira. Destacando o caráter didático da obra, destinado aos alunos e alunas da escola secundária (*A Notícia*, 24 e 25 de dezembro de 1902, ed. 304,, p. 3). Eram 450 páginas, anunciado juntamente com outros livros didáticos da editora e com obra anterior, *Noções de Literatura Nacional*, cada uma com o valor de 5\$000.

Com essas publicações, Cacilda passa a ser vista como uma escritora e intelectual brasileira, conforme podemos verificar em uma nota que defende as capacidades intelectuais

das mulheres no Brasil frente a um insulto realizado pela escritora argentina Conception Gimeno Del Flaquer. Nela, a autora que não se identifica, mas que pela escrita pode ser identificada como uma mulher, afirma:

nós as intellectuaes dessa bella região, levamos travadas a forte campanha, campanha sem treguas, pelo levantamento da nossa educação (...) e na tribuna, e no magistério, e no jornalismo, e no livro, vamos estimulando nossas irmãs, o gosto da instrução, o esmero da educação, o amor pelo trabalho que ampara, o desejo pela independência que dignifica! (*Jornal do Comércio* - Edição da Tarde (RJ), 15/11/1911, ed. 00642, p. 2)

É interessante observar que a autora coloca três fatores importantes para as mulheres brasileiras, a educação, o trabalho e o desejo pela independência. E continua a mencionar que algumas mulheres, cheias de vaidade, ao invés de utilizar a educação que alcançaram de forma positiva, usam para atacar suas irmãs, como o insulto da escritora argentina. Menciona o nome de várias mulheres que se destacaram em diversas áreas, como por exemplo: medicina, direito, jornalismo, escritoras, entre elas Cacilda Francioni de Souza.

Outra questão que merece destaque é a de uma nota de 1911, publicada no *Jornal do Comércio* e denominada *Apontamentos*. Nela, a autora que assina como S. R. menciona a vaga aberta na Academia Brasileira de Letras pela morte de Raymundo Correa, comentando o prestígio que essa instituição vem ganhando, o interesse e a curiosidade que essa lacuna tem causado, gerando um intenso debate em torno dela, e levanta uma séria questão, a participação de mulheres na Academia. Sobre este ponto, a autora declara:

Nesta época em que o elemento feminino está seriamente disposto a acabar com as prerrogativas e os privilégios que continuam inexplicavelmente monopolizados pelos homens, não é de admirar que semelhante questão tenha sido trazida à baila, tanto mais quanto não se podem negar os valiosíssimos serviços prestados pela mulher à literatura nacional.

São serviços como esses que não se precisam encarecer porque não há quem desconheça o valor dos nomes illustres de Adelina Lopes Vieira, Amelia de Freitas Bevilaqua, Aurea Pires, Auta de Souza, Cacilda Francioni de Souza, Carmem Dolores, Elvira Gomes, Francisca Julia, Ibrantina Cardona, Ignez Sabino, Julia Cezar, Julia Cortines, Julia Lopes de Almeida, Luiza Leonardo, Maria Clara da Cunha Santos, Narciza Amalia, Perciliana Duarte de Almeida e Zalina Rolim, escriptoras todas notabilíssimas e as quaes as poesias, o conto, a novella, o romance, o folhetim, a chronica e a critica devem páginas dignas dos maiores e mais sinceros applausos. (*Jornal do Commercio* - Edição da Tarde (RJ) - 15/11/1911, ed. 00642, p. 2)

O grande número de mulheres elencado pela autora mostra a intensa produtividade feminina no período. Porém, merece destaque o fato de que a maioria das escritoras lembradas serem mulheres brancas, diferenciando de Cacilda Francioni. O questionamento continua,

argumentando que nos estatutos da Academia não são claros quanto a impossibilidade das mulheres se tornarem membros, interrogando sobre o termo “brasileiros” descritos em seus regulamentos. Até 1951 era prescrito que “brasileiros que tenham, em qualquer dos gêneros de literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário” poderiam concorrer a uma de suas cadeiras. Com a primeira candidatura feminina em 1930, de Amélia Bevilaqua, a Academia se pronuncia alegando que o termo “brasileiros” se referia apenas aos escritores do sexo masculino. É interessante perceber que, apenas 14 anos após a fundação, essa instituição já era questionada quanto ao aceite de mulheres. Somente em 1977 se concretiza a entrada feminina na Academia, com a aprovação de Rachel de Queiroz. Portanto, o nome de Cacilda Francioni entre as escritoras mencionadas mostra que seus livros alcançaram certo prestígio.

Reconhecimento que se estendeu, pois 23 anos após a morte de Cacilda ainda encontramos uma nota jornalística com uma citação de seu livro. Nela, Paschoal Carlos Magno apresenta um livro de Alexandre Passos com a biografia de Agrário de Menezes, um escritor romântico do século XIX, e usa os argumentos da professora que o considera um dos mais importantes representantes do drama no Brasil, visão contrastante a de Silvio Romero e João Ribeiro que menosprezavam o trabalho de Agrário (*Correio da Manhã*, 18/12/1956, ed. 19551, p. 19).

A relação e a comparação entre as obras de Silvio Romero e de Cacilda Francioni de Souza aparecem, como mostrado, em várias críticas e notas publicadas, visto que ambos se dedicaram ao estudo da Literatura. Apesar de a professora ter ganhado reconhecimento por seus escritos em sua época, o espaço reservado pela História a ambos não é o mesmo. A memória de Silvio Romero é lembrada nas pesquisas sobre essa temática, e Cacilda, ainda que citada, pouco se conhece.

## 6. Considerações finais

Cacilda Francioni de Souza estabeleceu uma rede de sociabilidade com intelectuais negros/negras livres que lutaram pela abolição da escravatura, muitos desses também atuaram na docência, como José do Patrocínio, André Rebouças, Vicente de Souza, Professor Viriato, Hemetério dos Santos, entre outros. No pós-abolição, cresceu profissionalmente através do magistério, escreveu livros didáticos e teve seu trabalho reconhecido no meio literário. Sua vida

chama a atenção para as táticas que diversos homens e mulheres utilizaram nesse período para superar as dificuldades, “muitas vezes convertendo-as em oportunidades para atingir seus objetivos, permitindo que alguns deles conquistassem um lugar e uma identidade reconhecidos naquela sociedade desigual” (VILLELA, 2018, p. 348).

Sua escolha ao destacar autores brasileiros revela uma posição política, mas também uma estratégia para alcançar certa área ainda não explorada. Como educadora, demonstra preocupação com a teoria e a prática, e mostra que a educação feminina vai além de uma preparação para a boa esposa. Como abolicionista, ganhou espaço com sua música, mas também militou em sociedades femininas e mistas que lhe renderam títulos dentro do movimento.

Porém, nos dias atuais o nome de Cacilda Francioni é pouco lembrado em todas essas áreas. Na luta antiescravista, a liderança masculina, homens que merecidamente se destacaram nessa batalha, são bem expressivos, enquanto a militância feminina é pouco mencionada. Mesmo tendo uma produção didática, que na época foi comparada ao trabalho de Silvio Romero, os dois autores não possuem o mesmo espaço na história e na memória brasileira. De igual forma, o trabalho intelectual das mulheres negras no século XIX, durante a escravidão e o pós-abolição, ainda necessita de pesquisas que demonstrem sua existência e quebrem com o silêncio historiográfico que se mantém.

Assim, acredito que a divulgação e o conhecimento da trajetória de Cacilda Francioni possam auxiliar na configuração de uma nova narrativa que valorize a intelectualidade feminina negra, revelando suas histórias, suas escolhas e seus caminhos por liberdade.

## 7. Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BERNARDES, Maria T. C. C. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro - Século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUIMARÃES, Anselmo. Culturas escolares nas escolas primárias na segunda metade do século XIX: o livro 'Noções de Literatura Nacional'. V *Colóquio Internacional Educação e Liberdade*. São Cristovão, SE: 2011.

MACHADO, Maria Helena P. T. Escravizadas, libertandas e libertas: qual liberdade? In: LIMA, Ivana Stolze; GRINBERG, Keila; REIS, Daniel Aarão (orgs). *Instituições nefandas [recurso eletrônico]: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018, p. 327-338

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Significados da liberdade no Sudeste Escravista. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MORAES, Evaristo. A campanha abolicionista (1879-1888). 2a. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

PINTO, Ana Flávia M. *Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo, e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

\_\_\_\_\_. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 268-286, janeiro-abril 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21862019000100267](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862019000100267). Acesso em: 27 abr. 2020.

SILVA, Alexandra L. O saber que se anuncia: o poder da palavra em tempos de escravidão (Rio de Janeiro, 1830 a 1888). *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá-PR, v. 18, n. 3 (48), p. 1-29, 2018.

SILVA, Eduardo. Sinhás e sinhazinhas avançadas no tempo: a participação de mulheres brancas e negras no underground abolicionista. In: LIMA, Ivana Stolze; GRINBERG, Keila; REIS, Daniel Aarão (orgs). *Instituições nefandas [recurso eletrônico]: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018, p. 338-360.

SILVA, Luara dos S. Coema Hemetério dos Santos: a “flor de beleza” e “luz de amor”. Trajetória de uma intelectual negra no pós-abolição carioca. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*. Manaus-AM, v. 6, n. 2, out./dez. 2019.

SIRINELLI, François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 231-268.

SOUZA, Cacilda Francioni. *Resumo de Literatura Nacional*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1902.

VILLELA, Heloísa de O. S. Uma família de educadores “de cor”: magistério, redes de sociabilidade e projetos abolicionistas na capital fluminense (1860-1910) In: SECRETO, Maria V.; VENÂNCIO, Giselle; VIANA, Larissa. (orgs). *Sujeitos na história: perspectivas e abordagens*. Niterói: Eduff, 2018.

\*\*\*

**Sirlene Ribeiro Alves:** Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro PROPED/UERJ. Mestre em Relações Étnico-Raciais (PPRER/CEFET-RJ). Especialista em Educação de Jovens e Adultos (UFRJ). Graduada

em Educação Artística, licenciatura plena em História da Arte (UERJ). Desenvolve a Tese *Liberdade e Instrução - A educação como um amplo projeto de emancipação da escravatura*, sob a orientação da Professora Dra. Alexandra Lima da Silva, na Linha de Pesquisa Instituições, Práticas Educativas e História, do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) e integra o Grupo de Pesquisa Flores de Ébano: escritas de si, trajetórias e História da Educação. Exerceu a docência em Artes no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e na Fundação Municipal de Educação de Niterói. Atualmente, atua como professora de Artes Visuais no Colégio Pedro II.

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** 10 de outubro de 2020.

**Artigo aprovado para publicação em:** 02 de dezembro de 2020.

\*\*\*

**Como citar:**

MELLO, Juçara da Silva Barbosa. Música, docência e letras: no caminho de liberdade de Cacilda Francioni de Souza. In. *Revista Transversos*. Dossiê: O protagonismo das mulheres negras na escrita da História dos Brasis. Rio de Janeiro, n.º. 20, 2020. pp. 175-196. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.55243.

